vírgula seis) conforme percentual da cláusula 22 desta convenção, obtendo-se o valor da hora extraordinária; c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" pelo o número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras. **26. REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS DO COMERCIÁRIO COMISSIONISTA/MISTO** - Ao comerciário comissionista com remuneração variável mista, integrada por parcelas referentes a comissões sobre vendas ou serviços e outra de valor fixo ajustado contratualmente, o acréscimo salarial das horas extras trabalhadas no mês de competência, será calculado na forma dos parágrafos a seguir. **26.1.** O cálculo das horas extras trabalhadas sobre a parcela fixa da remuneração variável mista será efetuado: a) dividindo o valor vigente da parcela fixa por 220 (duzentos e vinte) obtendo-se seu valor horário; b) multiplicar o valor obtido na letra anterior pelo fator 1,7 (um vírgula sete) da cláusula 22 desta convenção, correspondente ao adicional extraordinário; o resultado obtido resultará no valor da hora extra, calculado sobre a parcela fixa; c) multiplica-se o valor da hora extra da letra "b" anterior pelo número horas extras trabalhadas no mês; o resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras sobre a parcela da remuneração variável referente a comissões, do mês de competência. **26.2.** O cálculo das horas extras sobre a parcela de comissões da remuneração variável mista será obtido: a) apura-se o montante da parcela de comissões auferidas no mês; b) divide-se o valor total das comissões auferidas no mês pelo o número correspondente a soma das 220 (duzentos e vinte horas) normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês; o resultado equivalerá ao valor médio horário da parcela referente a comissões; c) multiplica-se o valor médio apurado na letra "b" pelo fator 0,7 (zero sete seis) conforme adicional previsto da cláusula 22 desta convenção, o resultado é o valor da hora extra sobre a parcela das comissões auferidas; d) multiplicar o valor apurado na letra "c" pelo número de horas extras trabalhadas no mês; o resultado obtido resultará no acréscimo das horas extras sobre a parcela referente a comissões do mês de competência. **26.3.** A soma dos resultados obtidos nas letras "c" do parágrafo primeiro e "d" do parágrafo segundo desta cláusula, corresponderá ao acréscimo salarial das horas extras trabalhadas no mês, sobre as parcelas integrantes da remuneração variável do "comissionista misto". **27. REMUNERAÇÃO EM REGIME DE SOBREAVISO** - As horas trabalhadas por Empregado comerciário escalado em plantões à distância, sob "Regime de Sobreaviso", após as jornadas normais, ou nos fins de semana, ou em dias de descanso remunerado, permanecendo em sua residência em horário pré-fixado, para atendimentos a eventuais chamadas emergenciais de revisão, reparo e socorro mecânicos a veículos automotores, no transporte de cargas ou de passageiros em geral, ou de produtos agrícolas e pecuários, perecíveis ou não, será feita nos moldes do parágrafo segundo, do artigo 244, da CLT, mediante o pagamento de 1/3 (um terço) do valor unitário por hora do salário contratual vigente, ou calculado sobre a remuneração mista mensal de natureza variável, abrangendo parcelas de valor fixo e de comissões sobre serviços, durante o período realizado no plantão à distância. **28. VALE TRANSPORTE** Fica facultado ao Concessionário o pagamento em dinheiro do vale transporte até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, em recibo próprio, sem que esse valor sofra qualquer cobrança de INSS, conforme decisão julgada em definitivo em 10 de março de 2010

J.

BK

pelos Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário (RE) nº 478.410/SP, publicada no DOU em 15.05.2010. **28.1.** O Concessionário concederá gratuitamente aos seus empregados comerciários, vale transporte na quantidade necessária para o trabalhador ir e voltar do trabalho. **28.2.** Se o Concessionário optar pelo pagamento em dinheiro, caso ocorra aumento de tarifas, os empregadores se obrigam a efetivar a competente complementação. **29. AUXÍLIO FUNERAL** - Mediante apresentação de cópia do atestado de óbito do Empregado comerciário, será pago no prazo de 72 (setenta e duas horas) ao beneficiário principal, declarado durante a vigência do contrato de trabalho do falecido, um Auxílio Funeral no valor equivalente a 2 (duas) remunerações integrais percebidas pelo Empregado comerciário na data do falecimento, para auxílio nas despesas cerimoniais. **29.1.** Fica excluído do pagamento deste benefício o Concessionário que mantém apólice de seguro de vida a seus Empregados comerciários, ainda que mediante a participação destes no custeio do benefício securitário, desde que mais benéficas ao estabelecido no "caput" desta cláusula. **30. MEDICAMENTO E TRANSPORTE DO ACIDENTADO** - O Concessionário fornecerá gratuitamente os medicamentos necessários ao tratamento dos seus empregados vitimados por acidentes no trabalho, bem como custeio de transporte aos mesmos para atendimento hospitalar necessário. **31. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE:** O Empregado comerciário que presta serviços em câmaras de pinturas, faz jus ao recebimento do adicional de insalubridade, no percentual de 30% (trinta por cento), desde que este contato seja no mínimo de 2 (duas) horas diárias, ainda que intermitentes. **32. INDENIZAÇÃO ADICIONAL - AVISO PRÉVIO ESPECIAL:** Ao Empregado comerciário com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 05 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensados sem justa causa, o aviso prévio indenizado será de 45 (quarenta e cinco) dias. **32.1.** Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o Empregado comerciário cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo indenização em pecúnia pelos 15 (quinze) dias restantes. O acréscimo previsto nesta cláusula não se confunde com a previsão contida na Lei nº 12506/2011. **33. PAGAMENTO DO AUXÍLIO MATERNIDADE** - O pagamento deste benefício às mães comerciárias será calculado de forma diferenciada nos parágrafos a seguir, conforme a natureza da remuneração mensal auferida. **33.1.** À comerciária comissionista com remuneração de natureza variável e exclusiva de comissões sobre vendas ou serviços, serão calculados proporcionalmente sobre o valor médio mensal das comissões recebidas nos últimos seis meses anteriores ao da concessão do benefício previdenciário. **33.2.** A comerciária que recebe remuneração variável mista, integrada por parcelas referentes a comissões e outra de valor fixo, o pagamento será calculado mediante a soma do valor da média mensal de comissões, apurada na mesma forma do parágrafo primeiro anterior, com o valor da parcela fixa vigente no último mês anterior ao da concessão do benefício previdenciário. **33.3.** Às que somente recebem salário mensal contratual, sem comissões sobre vendas ou serviços, o benefício será calculado sobre o valor da remuneração do mês imediatamente anterior ao da concessão do benefício previdenciário. **33.4.** Nos contratos de trabalho com vigência inferior a 06 (seis) meses, o cálculo das referidas verbas será efetuado com base na média dos meses completos e efetivamente trabalhados antes do mês do pagamento. **34. AUXÍLIO CRECHE** - Quando em cada

BN

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Elvis

[Handwritten signature]

Blanca Lucia

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Rouli

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

d.

32

estabelecimento empresarial, mesmo no caso de vários na mesma localidade da Capital de São Paulo, o Concessionário mantiver efetivo de pessoal com mais de 20 (vinte) Empregadas comerciais, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, sem utilização de creche própria, ou mediante convênio supletivo nos termos do parágrafo segundo, do artigo 389, da CLT, será pago às comerciárias com filhos naturais ou adotados judicialmente, com idade até 06 (seis) meses, a partir da apresentação da certidão de nascimento ou sentença judicial, um AUXÍLIO CRECHE conforme disposto na Portaria M.T.E nº 3.296/86, no valor mensal de R\$ 269,00 (duzentos e sessenta e nove reais), não incorporável aos salários e isento de incidências, em face da natureza do benefício ajustado. **34.1.** Se a mãe comerciária apresentar comprovação do nascimento ou da adoção judicial, somente após o término da licença maternidade, o pagamento do benefício será efetuado em parcelas mensais no mesmo valor e até completar o período semestral estabelecidos no "caput" desta cláusula, a partir da remuneração do mês de retorno às atividades. **35. IDENIZAÇÃO POR MORTE:** Ao dependente legal do empregado comerciário que vier a falecer em virtude de acidente do trabalho, será pago, juntamente com as verbas rescisórias, indenização equivalente a 1 (uma) vez a sua última remuneração. **35.1.** Se o Empregado comerciário vier a falecer em virtude de morte natural, a indenização referida no "caput" desta cláusula será equivalente a 70% (setenta por cento) a sua última remuneração. **35.2.** O Concessionário que mantiver seguro de vida, sem ônus para os Empregados comerciários e cujo valor do sinistro for igual ou superior ao benefício do "caput" ficam excluídos da obrigação desta Cláusula. **36. TRANSFERÊNCIAS DE EMPREGADO COMERCARIO:** O Empregado comerciário transferido por ato unilateral do Concessionário para local mais distante de sua residência, respeitada a legislação aplicável, tem direito à suplementação salarial correspondente ao acréscimo das despesas de transporte. **36.1.** O Concessionário fica impedido de transferir o Empregado comerciário para prestar serviços em local e/ou seção diferente daquela para a qual foi contratada, se esta transferência, por oferecer-lhe condições desfavoráveis em relação à situação anterior, vier causar-lhe redução salarial. **37. AUXÍLIO REFEIÇÃO** – O Concessionário concederá aos seus Empregados comerciários auxílio refeição no valor de R\$ 23,00 (vinte e três reais), sem descontos, por dia de trabalho, sob a forma de tíquetes refeição, facultado, excepcionalmente, o seu pagamento em dinheiro, ressalvado as situações mais favoráveis relacionadas às disposições da cláusula e seus parágrafos, inclusive quanto à época de pagamento. **37.1.** Os tíquetes refeição referidos no caput poderão ser, também, substituídos por cartão, com a disponibilidade mensal na forma prevista no caput desta cláusula, nas localidades em que esse meio de pagamento seja normalmente aceito pelos estabelecimentos comerciais conveniados. Entretanto, havendo dificuldade de aceitação normal pelos estabelecimentos conveniados, o cartão será revertido para tíquetes refeição. **37.2.** O auxílio refeição será concedido, antecipada e mensalmente, até o último dia útil do mês anterior ao benefício, inclusive nos períodos de gozo de férias e até o 15º (décimo quinto) dia nos afastamentos por doença ou acidente de trabalho. Nos casos de admissão e de retorno ao trabalho do empregado comerciário, no curso do mês, o auxílio será devido proporcionalmente aos dias trabalhados. Em qualquer situação não caberá restituição dos tíquetes já recebidos. **37.3.** O

BN

Luiz

Elvira

~~Elvira~~

Elvira

Luiz

Luiz

Luiz

Rozeli

Luiz

Luiz

Luiz

Concessionário que concede auxílio semelhante aos seus Empregados comerciais, mediante o fornecimento de refeição, poderá optar pela concessão aqui assegurada, por intermédio do sistema de refeições-convênio credenciado para tal fim, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. **37.4.** O Empregado comercial que, comprovadamente, se utilizar de forma gratuita dos restaurantes do Concessionário não fará jus à concessão do auxílio refeição. **37.5.** O auxílio, sob qualquer das formas previstas nesta cláusula, não terá natureza remuneratória, nos termos da Lei nº 6.321 de 14 de abril de 1976, de seus decretos regulamentadores e da Portaria GM/MTE nº 03, de 01.03.2002 (D.O.U. 05.03.2002) com as alterações dadas pela Portaria GM/MTE nº 08, de 16.04.2002. 7. Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades. **38. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO** - O Concessionário fornecerá ao Empregado comercial, cópia do contrato individual de trabalho firmado, bem como, das alterações ocorridas durante sua vigência. 38.1. No registro de conflito individual enviado ao Concessionário, requisitando agendamento de reunião de mediação e solução dos mesmos, poderá ser solicitada pelo Sindicato da categoria profissional apresentação de cópia do contrato individual de trabalho e/ou de seu aditamento contratual, quando indispensável. **39. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA** - Fica vedada celebração de contrato de experiência, quando o Empregado comercial for readmitido na mesma função anteriormente exercida no Concessionário. **40. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS** - Observado o disposto no artigo 468, da CLT, nas alterações da forma ou critérios de remuneração, ajustadas diretamente entre o Concessionário e seus Empregados comerciais, através de acordos individuais, sempre com a assistência e anuência do sindicato da categoria profissional, fica assegurado no decorrer dos quatro meses posteriores ao da alteração contratual, mas sempre limitado a tal período, o recebimento de valor mínimo mensal equivalente à média mensal das remunerações auferidas durante o semestre imediatamente anterior ao da alteração contratual. **41. VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO –PRÉVIO** - Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o Concessionário pelo pagamento do restante do aviso prévio. **42. DA DISPENSA COLETIVA** - Fica ajustado que o Concessionário iniciará, com no mínimo trinta dias de antecedência, negociação junto ao sindicato da categoria profissional quando pretender a dispensa coletiva de comerciais, a fim de evitar demissões desnecessárias e prejuízos aos Empregados comerciais. **42.1** A falta do cumprimento do disposto acima implicará na nulidade das rescisões ocorridas. **43. DOCUMENTOS - RECEBIMENTO PELO CONCESSIONÁRIO** - A Carteira de Trabalho e Previdência Social, certidões de nascimento, de casamento, atestados e outros documentos, serão recebidos pelo Concessionário, contra recibo em nome do Empregado comercial. **44. FUNÇÃO - ANOTAÇÃO NA CTPS** – Em consonância com o Art. 2º da Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 o Concessionário deverá anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social o cargo como “Comercial” e, a função efetivamente exercida pelo Empregado comercial será consignada nas folhas para “Anotações Gerais” sendo vedada anotação de denominações genéricas. **44.1.** No caso

BN

Luiz

Elvira

Ellen Lima

Roseli

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- O Empregado comercial notificado de dispensa sem justa causa, com aviso prévio trabalhado, que conseguir outro emprego, será liberado do cumprimento integral do aviso prévio de 30 (trinta) dias, desde que solicite por escrito e comprove o alegado, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, ficando desobrigado o Concessionário de remunerar o restante do período do aviso prévio não trabalhado. **48.1.** Mesmo com a liberação do cumprimento integral ou parcial do aviso prévio trabalhado e independentemente da solicitação do empregado comercial de antecipação da data da baixa na CTPS, o prazo final para a homologação da rescisão contratual e quitação das verbas rescisórias continuará sendo a do último dia do prazo do aviso prévio constante na notificação da dispensa e isento de qualquer multa ou cominação, no ato da homologação. **49. DESCONTO DE PERÍODO DO AVISO PRÉVIO NÃO CUMPRIDO EM PEDIDOS DE DEMISSÃO** - Na rescisão contratual requisitada mediante pedido de demissão do Empregado comercial, caso este se recuse a cumprir o período de aviso prévio a ser trabalhado, fixado na Constituição, quando exigido pelo Concessionário, com fundamento no parágrafo segundo, do artigo 482, da CLT, a data da rescisão contratual a ser anotada na CTPS do Empregado comercial será a do término do período do aviso prévio não trabalhado e o desconto relativo aos dias não trabalhados será efetuado na quitação das demais verbas rescisórias, através de homologação sindical ou perante o órgão competente, ou diretamente na empresa, no caso de contrato de trabalho com vigência inferior a um ano. **50. VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO** - Exceto no caso de reversão à anterior função por atuais ocupantes de cargos de confiança, ficam vedadas durante o prazo do aviso prévio dado por qualquer das partes, alterações nas condições de trabalho, inclusive de transferência do local da prestação dos serviços, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o Concessionário pelo pagamento do restante do aviso prévio. **9. Mão de Obra Jovem. 51. ABONO DE FALTA AO COMERCIAL ESTUDANTE** - Mediante comunicação prévia e posterior comprovação no prazo de 05 (cinco) dias corridos, o comercial estudante que se ausentar do serviço para prestar exames finais ou vestibulares, que coincidam com seu horário de trabalho, terá suas faltas abonadas. **51.1.** É vedado ao Concessionário notificar trabalho suplementar do comercial estudante após a jornada normal de trabalho, prejudicando sua presença nos exames escolares em cursos escolares regularmente frequentados em horários posteriores ao do trabalho diário. **10. Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades. Ferramentas e Instrumentos de Trabalho. 52. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL** - O Concessionário fornecerá gratuitamente aos Empregados comerciais, equipamento de proteção individual adequado ao risco da atividade laboral exercida, em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com a NR nº 6, do Ministério do Trabalho e Emprego. **53. FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS** - Quando o uso de uniformes (calças, camisas, camisetas, blusas, sapatos, inclusive maquiagem etc.), equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelo Concessionário, fica este obrigado a fornecê-los gratuitamente aos Empregados comerciais, no mínimo 4 (quatro) unidades de 6 (seis) em 6 (seis) meses, respondendo o empregado pelas reposições em caso de extravio ou mau uso, devidamente comprovado. **53.1** considera-se uniforme adotado pelo comercial, tanto

as peças exigidas por esta, quanto aquelas, que apenas sugeridas, obedeçam a qualquer critério de padronização. **54. PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL** - Atendendo objetivos de preservação e promoção de medidas relacionadas à saúde dos Empregados comerciários, o Concessionário assume o compromisso de realização de exames médicos periódicos ou em determinadas circunstâncias previstos NR nº 7 do Ministério do Trabalho e Emprego. **10. Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades.** **55. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA COMRCIÁRIA GESTANTE** – Fica assegurado o emprego à comerciária gestante, desde a confirmação da gravidez até 180 (cento e oitenta) dias após o término da licença maternidade. Este benefício será estendido à mãe comerciária adotante. **55.1.** Inexistirá esta garantia nas hipóteses de dispensa por justa causa ou pedido de demissão, formulado por escrito, após o término da licença maternidade e retorno as atividades. **55.2.** No exclusivo interesse da Empregada comerciária gestante ou parturiente e mediante prévio exame e autorização de seu sindicato profissional poderá apresentar no Concessionário onde trabalha, para análise e expressa concordância deste, solicitação escrita sobre as alternativas abaixo: a) concessão de férias individuais, a serem gozadas imediatamente após o retorno da licença maternidade; b) acordo rescisório realizado sob assistência sindical obrigatória, desde que efetuado antes da concessão da licença maternidade, ou a partir da data do retorno às atividades, após seu término. **56. GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO À COMERCÍARIA GESTANTE QUE SOFRER ABORTO NÃO PROVOCADO** - A Empregada comerciar que após comprovar ao Concessionário seu estado de gravidez e durante o período desta sofrer aborto não criminoso (não provocado), terá direito a garantia provisória de emprego ou salário, durante 60 (sessenta) dias contados da ocorrência do fato, registrado em atestado expedido pelo serviço médico do Sindicato da categoria profissional, ou por médico conveniado, ou por médico de serviço oficial ou particular da localidade. **57. ESTABILIDADE DO COMERCÍARIO EM IDADE DE PRESTAR SERVIÇO MILITAR** - Assegurada a estabilidade provisória de Empregado comerciário em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir do alistamento compulsório efetuado no primeiro semestre anual em que completar idade de 18 (dezoito) anos e até o prazo de 60 (sessenta) dias após seu término, ou da dispensa da incorporação, o que primeiro ocorrer. **58. GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO COMERCÍARIO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA** - Ao Empregado comerciário afastado por motivo de doença em período superior a 15 (quinze) dias, fica assegurado garantia de emprego ou salário, por igual período do afastamento, mas limitada ao máximo de 30 (trinta dias) contados da alta previdenciária. **58.1.** Pagamento dos quinze dias iniciais nos afastamentos previdenciários por quaisquer motivos, da exclusiva responsabilidade empresarial, conforme legislação previdenciária vigente será calculado com base na remuneração mensal auferida pelo Empregado comerciário, no mês imediatamente anterior ao do afastamento requisitado por atestado médico. **59. GARANTIA DE EMPREGO AO COMERCÍARIO PORTADOR DE VIRUS HIV** - Ao Empregado comerciário que comprovar ser portador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no prazo de 60 (sessenta) dias após eventual notificação de dispensa sem justa causa pelo

Elvi

~~Handwritten signature~~
Ellen Amia

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark at the bottom of the page.

Concessionário, será garantido emprego até seu afastamento previdenciário. **60. GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO COMERCIÁRIO APOSENTADO** - Fica assegurado ao Empregado comerciário, seja homem ou mulher, independentemente do tempo de admissão no Concessionário a garantia de estabilidade durante 02 (dois) anos que precedem a sua aposentadoria, seja por Tempo de Contribuição Integral (Homem 35 anos e Mulher 30 anos) ou por idade (Homem 65 anos e Mulher 60 anos) **60.1.** A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação dos comprovantes apresentados pelo Empregado comerciário, limitada ao tempo que faltar para se aposentar-se por Tempo de Contribuição ou por Idade. **60.2.** A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não cumprido ou não implementado da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa e dispensa por justa causa ou pedido de demissão. **60.3.** O Empregado comerciário que deixar de apresentar a contagem de tempo de serviço dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses da estabilidade aqui prevista não fará jus a garantia de emprego e ou indenização. **60.4.** Deverá ser acolhida pelo Concessionário a contagem de tempo de serviço emitida pela entidade sindical dos empregados. **60.5.** Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito. **61. LICENÇA À EMPREGADA COMERCIÁRIA ADOTANTE OU GUARDIÃ** - A Empregada comerciarista adotante ou guardiã, que obtiver junto à Previdência Social concessão de licença maternidade nos termos do art. 392-A, da CLT, mediante apresentação de termo judicial exigido em seu parágrafo quarto, deverá comprovar junto ao Concessionário a concessão do benefício previdenciário, nos termos do art. 71-A, da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 10.421/2002. **62. ASSISTENCIA JURÍDICA** - O Concessionário proporcionará assistência jurídica integral a Empregado comerciário que for indiciado em inquérito criminal, ou vier a responder em ação criminal, em virtude de atos praticados no desempenho normal de suas funções, ou na defesa do patrimônio empresarial. **11. Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas 63. JORNADA DE TRABALHO SEMANAL** – Atendido ao disposto no artigo 3º da Lei nº 12.790/13, a jornada normal dos empregados comerciários não excederá 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o limite mínimo de 6 (seis) horas diárias de 36 (trinta e seis) horas semanais. **63.1.** Jornadas diversas das previstas no caput, com exceção da jornada noturna, somente serão admitidas mediante celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, o qual deverá ser firmado pelo Concessionário interessado, nos termos previstos na cláusula "Acordos Coletivos". **64. ABONO DE FALTA AOS PAIS COMERCIÁRIOS** – Os pais comerciários que deixarem de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 18 (dezoito) anos, ou inválidos/incapazes, independente de idade, comprovado nos termos da cláusula de atestados médicos, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente convenção coletiva de trabalho, em caso de internação o período será estendido até a alta médica. **64.1.** Caso os pais trabalhem no mesmo Concessionário, este benefício poderá ser concedido a um ou outro, alternativamente, a critério do Concessionário, obedecidas as condições estabelecidas no "caput" desta cláusula. **65.**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Ellen Lima

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BFE

38
Rauli

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA - No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, as ausências do empregado nos dias do óbito e do sepultamento, serão abonadas sem prejuízo nos salários, desde que justificadas. **66. AUTORIZAÇÃO DO TRABALHO EM PROMOÇÕES DE VENDAS EM DOMINGOS E FERIADOS** - A autorização da prestação de serviços facultativos dos Empregados comerciários abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho em domingos e feriados, observadas as devidas permissões e condições estabelecidas em legislações municipais vigentes e também, com fundamento no artigo 6º e seu parágrafo único, da Lei federal nº 10.101/2000 e das posteriores alterações e acréscimos da Lei nº 11.603/2007, dependerá: a) de acordo coletivo firmado diretamente entre o Concessionário e o Sindicato da categoria profissional local, estabelecendo condições somente para o trabalho em domingos, conforme determina a legislação federal vigente; b) de Convenções Coletivas de Trabalho firmadas regionalmente entre o SINCODIV-SP e os Sindicatos da categoria profissional, estabelecendo competente autorização do trabalho em feriados e suas condições, conforme determina a legislação federal vigente, ou também incluindo autorização do trabalho em domingos, desde que aprovadas em Assembleias regionais dos Concessionários estabelecidos nas respectivas bases territoriais sindicais das categorias profissionais. **66.1.** O Concessionário que exigir trabalho em promoções de vendas em domingos e feriados sem observação do disposto nos itens "a" e "b" desta cláusula, ficará sujeito a multa correspondente de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) por Empregado comerciário e por infração. O valor desta multa será revertido em favor do Empregado comerciário. **67. VIGIAS - FACULTATIVIDADE DE ADOÇÃO DE JORNADA DIFERENCIADA** - Faculta-se ao Concessionário e mediante exclusiva iniciativa deste, adotar jornada de trabalho diferenciada ao Empregado comerciário que exerce a função de vigia, mediante o cumprimento de escalas sob o regime de 12 (doze) horas ininterruptas de efetivo trabalho, alternadas por intervalos entre jornadas para fins de repouso e descanso, de 36 (trinta e seis) horas consecutivas. **12 Férias e Licenças** **68. INÍCIO DAS FÉRIAS** - Com exceção dos que exercem funções de "vigia" ou "porteiro" e os demais que cumprem jornadas através de escalas de trabalho, o início das férias individuais ou coletivas não poderá coincidir com as sextas-feiras, sábados, domingos, feriados ou dias já compensados. **69. COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM A ÉPOCA DO CASAMENTO** - Salvo nas coincidências com picos ascendentes de vendas ou demandas de serviços, é facultado ao empregado comerciário gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, sem prejuízo dos dias de gala, mediante prévia comunicação, com 60 (sessenta) dias de antecedência. **13 - Saúde e Segurança do Trabalhador.** **70. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS** - Atendida a ordem de prioridade estabelecida no art. 75, do Decreto 3.048/99 e entendimento jurisprudencial da Súmula nº 15, do TST, serão reconhecidos atestados e/ou declarações médicos e odontológicos firmados por profissionais habilitados junto ao Sindicato da categoria profissional, ou que prestam serviços a órgãos de saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social, ou da Saúde. **70.1.** Os atestados médicos deverão obedecer aos requisitos e exigências previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo dele constar,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Elis, Ellen, and Rauli.]

inclusive, o diagnóstico codificado do Código Internacional de Doenças (CID), neste caso com a concordância do Empregado comerciante e serem apresentados ao Concessionário no prazo de 5 (cinco) dias após sua emissão. **70.2.** Os pagamentos dos dias de ausência justificados por atestados médicos serão calculados com base na remuneração do mês em que ocorrerem. **14. Relações Sindicais 71. SINDICALIZAÇÃO - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO** – O Concessionário colocará à disposição do Sindicato da categoria profissional, locais e meios, para sindicalização dos seus empregados comerciantes, desde que comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. **71.1.** O Concessionário apresentará ao Empregado comerciante, no ato de sua admissão, uma proposta de sindicalização, enviando-a, se aceita, ao Sindicato da categoria profissional. **71.2.** O Concessionário descontará em folha de pagamento, as contribuições sindicais legais, que forem solicitadas pelo Sindicato da categoria profissional, comprometendo-se a recolher aos cofres da Entidade, através de depósito bancário, os valores descontados, em no máximo 15 (quinze) dias. **72. ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA** - Quando no desempenho de suas funções e mediante prévia solicitação, com indicação dos motivos, for necessário contato de dirigentes do Sindicato da categoria profissional com representantes do Concessionário, será agendado entre as partes, quando realizado no estabelecimento empresarial, ou na sede sindical. **73. DIRIGENTE SINDICAL - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - O dirigente sindical comerciante eleito, não afastado de suas funções, poderá ausentar-se, até 15 (quinze) dias úteis, anualmente e durante a vigência desta convenção coletiva de trabalho, sem prejuízo da remuneração mensal ou das férias, quando participar em assembleias, congressos, reuniões, seminários e outros eventos, envolvendo interesses dos empregados comerciantes, desde que mediante prévia solicitação do Sindicato da categoria profissional ao Concessionário, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. **74. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL** – Redação a cargo do Sincodiv **75. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS COMERCÍARIOS:** Os Concessionários se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus Empregados comerciantes, beneficiário da presente Convenção Coletiva de Trabalho, integrantes da categoria profissional, a título de contribuição assistencial, o percentual de até 2% (dois por cento) de suas respectivas remunerações mensais, na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, limitado ao teto mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais), por Empregado comerciante, aprovado nas assembleias dos sindicatos da categoria profissional que autorizaram a celebração da presente convenção coletiva de trabalho. **75.1.** A contribuição referida no caput será recebida pelo Sindicato da categoria profissional através de guia ou boleto bancário onde, obrigatoriamente, deverá informar o percentual adotado. **75.2.** A contribuição de que trata esta cláusula será descontada mensalmente, exceto nos meses que ocorrerem o desconto da contribuição sindical, devendo ser recolhida, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, exclusivamente em agência bancária constante da guia respectiva, em modelo padrão estabelecido pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, ou na rede bancária, quando recolhida através de ficha de compensação (boleto) no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pelo Sindicato da categoria profissional, que se encarregará de

BN

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and several smaller ones.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Ellen Lima".

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.